

Formação da burguesia

Burgo deriva do termo germânico *burgs*, que significa "pequena cidade". No latim medieval, *burgus* significava "pequena fortaleza". Por isso, durante a Idade Média, o habitante dos burgos era o burguês, do latim *burgensis*.

Assim, burguês passou a ser a denominação daquele que vivia nos burgos, nas cidades medievais. Como a maioria dos burgueses dependia do comércio, ser burguês virou uma distinção social caracterizada pelas atividades lucrativas desenvolvidas.

O enriquecimento da burguesia alterou definitivamente a hierarquização da sociedade feudal, que era baseada nas relações de dependência entre os senhores e seus servos. Os antigos senhores passaram, progressivamente, a perder poder político e econômico, que se restringia, cada vez mais, aos limites dos próprios feudos. Ou seja, nas cidades, os senhores não desfrutavam de nenhum direito ou privilégio que um burguês não pudesse também pleitear.

Talvez essa tenha sido uma das mais importantes mudanças ocorridas na Idade Média e que se fizeram presentes na Idade Moderna: a formação de uma classe social para quem os privilégios de nascimento foram perdendo importância.

Nesse processo histórico da formação da burguesia, as estruturas políticas predominantes do feudalismo, como a descentralização do poder, foram substituídas por outro modelo político gradativamente. De acordo com o historiador José Luis Romero (2009), a burguesia, em geral, compartilhava a ideia de que as relações abstratas entre um indivíduo e o Estado eram incomparavelmente preferíveis às relações pessoais entre servos e um senhor.

Explicando melhor, as relações comerciais de que a burguesia dependia exigiam certas condições e a segurança que somente um poder centralizado podia oferecer. Por exemplo, como o comércio dependia de moedas que pudessem ser facilmente trocadas por produtos, era mais fácil um Estado organizar a cunhagem de moedas únicas com validade em determinado território do que cada senhor feudal ter as próprias moedas. Da mesma maneira, era possível estabelecer regras comerciais e impostos válidos para todos em um Estado governado por um poder centralizado, ao contrário das restrições impostas por algum senhor.

Crise do século XIV

Os três primeiros séculos do segundo milênio foram um período de muitas e profundas mudanças para a Europa Ocidental. O feudalismo atingiu o seu auge, sucedido por um longo processo de desaparecimento.

As cidades e o comércio recuperaram importância e possibilitaram que uma nova classe social, a burguesia, despontasse no cenário medieval. Resumidamente, esses acontecimentos criaram condições para que, no século XIV, uma crise se abatesse sobre a Europa Ocidental com consequências que ultrapassaram os limites geográficos daquele território.

A crise do século XIV foi um momento de mudanças súbitas, de dificuldades. Com outros fatores, o aumento populacional nos centros urbanos e o crescente desenvolvimento das atividades comerciais foram os causadores de tal crise.

A “revolução agrícola”, ocorrida entre os séculos X e XII, permitiu a produção de mais alimentos, sendo acompanhada pelo crescimento demográfico e aumento da população urbana. Entretanto, os centros urbanos não estavam devidamente preparados para suportar um inchaço populacional, pois não tinham uma estrutura física que oferecesse boas condições de vida. Faltavam água corrente, sistema de esgoto e de coleta de lixo. As moradias eram construídas sem planejamento e construções feitas de materiais inflamáveis se sobrepunham em estreitas ruas.

No espaço urbano, conviviam pessoas e animais, principalmente os domésticos e de tração. Dessa forma, cavalos, burros, cães, galinhas, porcos e, na maioria das vezes, algum gado, dividiam o mesmo espaço com a população humana. Os detritos de todos eles se acumulavam nas ruas e passeios, que aguardavam a chuva limpar a cidade. Em suma, as cidades medievais eram sujas, um ambiente propício para o aparecimento de ratos, baratas, piolhos, pulgas e outros transmissores de doenças.

Na Europa Ocidental, o início do século XIV foi marcado por condições climáticas atípicas, que comprometeram a produção agrícola. Para o historiador Marco Antônio de Oliveira Pais (1994), “a conjugação de chuvas torrenciais e de más colheitas inaugurou um período de fome”. Como a população havia crescido significativamente nas últimas décadas, a falta de alimentos gerou uma situação extremamente perigosa.

Some-se à escassez de comida a grande concentração de pessoas nas imundas cidades medievais. Eram muitos em um espaço relativamente pequeno e todos com fome. A desnutrição, como se sabe, debilita o sistema imunológico, tornando o desnutrido potencialmente suscetível a contrair doenças. Nesse sentido, o fortalecimento das transações comerciais entre Oriente e Ocidente tornou aquela situação perigosa, implicando uma combinação dramática e altamente mortífera.

As dezenas de embarcações que cruzavam as águas do Mar Mediterrâneo repletas de mercadorias orientais para serem vendidas na Europa Ocidental também levavam muitos ratos em seu interior. Esses seres, infestados de pulgas, difundiram uma verdadeira praga pela Europa: a Peste Negra. Não há dados precisos a respeito dos danos causados pela epidemia, mas estimativas indicam que, aproximadamente, um terço da população europeia sucumbiu diante da terrível pestilência.

A fome, a peste e a diminuição populacional e do comércio, juntas, resultaram em um período de crise para a Europa Ocidental. A crise colocou em xeque todo o sistema feudal, com suas estruturas políticas, econômicas e sociais, de modo que, ao fim do século XIV, o feudalismo estava em pleno processo de desaparecimento. Na mesma época, outro modelo de organização político-econômica começava a aparecer, o capitalismo.